



Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel

**A efetividade das garantias do
condenado no marco da
intervenção penal em um estado
democrático de direito: análise do
método APAC de cumprimento da
pena privativa de liberdade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: João Ricardo W. Dornelles

Rio de Janeiro
Abril de 2008



Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel

A efetividade das garantias do condenado no marco da intervenção penal em um estado democrático de direito: análise do método APAC de cumprimento da pena privativa de liberdade

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela banca examinadora abaixo assinada.

Prof. João Ricardo W. Dornelles

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Florian Fabian Hoffmann

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel

Graduou-se em Direito pela UFV (Universidade Federal de Viçosa) em 2000. Especializou-se em Direito Público Municipal pela Unifenas e em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes. Participou de diversos congressos na área de Direito. É professora da ESUV (Escola de Estudos Superiores de Viçosa), ministrando as disciplinas Direito Penal e Processo Penal; Professora de Direito Penal da FADIP (Faculdade de Direito do Vale do Piranga), em Ponte Nova-MG, e Defensora Pública do Estado de MG.

Ficha catalográfica

Gurgel, Maria Antonieta Rigueira Leal

A efetividade das garantias do condenado no marco da intervenção penal em um estado democrático de direito: análise do método APAC de cumprimento da pena privativa de liberdade/Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel; orientador: João Ricardo Wanderley Dornelles – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2008.

136 f.; 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas

1. Direito – Teses. 2.

II Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. A efetividade das garantias do condenado no marco da intervenção penal em um estado democrático de direito: análise do método APAC de cumprimento da pena privativa de liberdade.

CDD:340

A todos aqueles cidadãos, que, inimigos aos olhos de grande parte da sociedade, lançados à própria sorte, estão esquecidos nos cárceres do Brasil, dedico.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor João Ricardo, pela paciência, tranquilidade e valiosa troca de informações.

A todos os professores da PUC/Rio que me despertaram para uma visão mais crítica do saber e ajudaram a tornar este sonho uma realidade

Aos membros da SEDIBRA, por terem acreditado em mim e investido em meu aperfeiçoamento intelectual.

Ao Dr. Mário Ottoboni, pelo exemplo de uma vida inteira dedicada ao outro.

A Sônia, minha mãe, pelo apoio incondicional, em todos os momentos.

Ao Severo, meu pai, por ser aquele quem primeiro me apresentou ao mundo do Direito.

Ao Marcelo, meu marido, amor da minha vida, presença constante de carinho, alegria, compreensão e companheirismo.

Aos funcionários da Dom Helder, em especial à Kévia, por toda a presteza e disponibilidade.

Aos funcionários, voluntários e recuperandos das APACs de Itaúna e Viçosa, pela receptividade e colaboração.

Aos meus colegas, defensores públicos, pela luta constante contra a opressão dos marginalizados.

Às minhas amigas Giovanna, Gláucia, Ericka e Luciana, todas elas pessoas comprometidas com o Direito e com a Justiça e que, com nossas longas conversas, me deram força para vencer mais esta etapa.

Aos meus alunos, por contribuírem na minha busca constante pelo conhecimento.

A Rozimar, pelo carinho e cuidado com que revisou este trabalho e opinou para o seu aprimoramento.

Aos assistidos da Defensoria Pública, mesmo aqueles encarcerados, pelas lições de humildade que me ensinaram, tornando-me mais humana.

A todos aqueles cidadãos brasileiros que não se deixam seduzir pelo discurso do terror.

Por fim, e acima de tudo, a Deus, por ter me ajudado a vencer os obstáculos da caminhada, levantando-me nos momentos de cansaço e desânimo, e por me conceder a certeza inabalável de que todo o esforço não foi em vão.

Resumo

Gurgel, Maria Antonieta Rigueira Leal; Dornelles, João Ricardo Wanderley (Orientador). **A efetividade das garantias do condenado no marco da intervenção penal em um estado democrático de direito: análise do método APAC de cumprimento da pena privativa de liberdade.** Rio de Janeiro, 2008. 136p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho estuda o Método APAC de cumprimento da pena privativa de liberdade, para verificar se o mesmo é capaz de dar efetividade aos direitos e garantias do cidadão condenado, no marco da intervenção penal em um Estado Democrático de Direito. Identifica as discussões teóricas que enfrentam o tema da legitimação do poder punitivo estatal, sem olvidar das teorias que pretendem exatamente o contrário: defender sua total deslegitimação. Analisa o real papel da pena de prisão no mundo contemporâneo e investiga seus objetivos declarados e ocultos. Traça o limite do Direito Penal e da intervenção punitiva em um Estado Democrático de Direito e busca identificar os direitos fundamentais do cidadão condenado na Constituição Brasileira. Uma radiografia panorâmica do atual sistema carcerário nacional também é apresentada, inclusive com exemplos concretos de graves violações às garantias individuais que lá se produzem, em confronto com o modelo apaqueano, aplicado na cidade mineira de Itaúna, para verificar se ele é uma alternativa viável ao sistema tradicional, pelo menos no que tange aos seus pontos mais críticos.

Palavras-chave

Direito Penal. Execução Penal. Sistema Penitenciário. Pena Privativa de Liberdade. Estado Democrático de Direito. Direitos e garantias do condenado. Método APAC.

Abstract

Gurgel, Maria Antonieta Rigueira Leal; Dornelles, João Ricardo Wanderley (Orientador). **Rights and guarantees for the sentenced people in the criminal law by Law Democratic State: analysis of the method APAC to accomplish the freedom deprivation sentence.** Rio de Janeiro, 2008. 136p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present work studies the Method APAC to accomplish the freedom deprivation sentence, and to verify if it is capable to give rights and guarantees to the sentenced citizen, in the criminal law by Law Democratic State. This study identifies the theoretical discussions that face the theme of the punitive power legitimation of the state, however, without forgetting of the contrary theories that defends a removal of the legitimation. It analyzes prison penalty in the contemporary world and it investigates the declared and occult objectives. The work investigates the limit of the Penal Right and the criminal execution in Law Democratic State, and search to identify the sentenced citizen's fundamental rights in the Brazilian Constitution. Finally, a panoramic x-ray of the current national penitentiary system is presented, with examples of serious violations to the individuals that came from there. Everything in confrontation with the model “apaqueano”, applied in the city of Itaúna, to verify if it is a viable alternative to the traditional system, in more critical points.

Key-words

Criminal law. Criminal Execution. Penitentiary system. Freedom deprivation sentence. Law Democratic State. Rights and guarantees for sentenced people. APAC Method.

Sumário

1	Introdução	14
2	A pena privativa de liberdade e suas funções no mundo contemporâneo	20
2.1	Os discursos teóricos justificadores e deslegitimadores da sanção penal	20
2.1.1	As teorias absolutas: a pena como um fim em si mesmo	22
2.1.2	As teorias relativas: o utilitarismo da sanção penal	25
2.1.3	As teorias mistas ou unitárias: a paradoxal busca da conjugação entre retribuição, prevenção e ressocialização	27
2.1.4	O minimalismo radical: a contração máxima do Direito Penal	29
2.1.5	O abolicionismo: pelo fim da intervenção punitiva	31
2.2	O cárcere e suas funções no mundo pós-moderno	32
2.2.1	A história das prisões: do caráter custodial a um poderoso instrumento de disciplina, na ótica de Michel Foucault	33
2.2.2	O papel da prisão na pós-modernidade: verdadeiros contêineres de segregação dos redundantes	41
3	A medida da intervenção penal, da aplicação e execução das penas privativas de liberdade no marco de um estado democrático de direito	48
3.1	Do surgimento do estado moderno aos novos pilares do estado democrático de direito	50
3.1.1	Do Estado de Direito ao Estado Social	51
3.1.2	O Estado Democrático de Direito e sua base constitucional	53
3.2	O direito penal e seu limite de intervenção em um estado democrático de direito	55
3.2.1	O modelo penal garantista de Luigi Ferrajoli	57

3.2.2 A intervenção punitiva e sua limitação pelo delineamento constitucional brasileiro	59
3.2.3 A identificação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão condenado a uma pena privativa de liberdade na Constituição brasileira	62
4 Panorama do sistema penitenciário brasileiro e a questão da efetividade das garantias do cidadão condenado	65
4.1 Do sistema punitivo colonial à realidade contemporânea	66
4.2 Breve diagnóstico do cárcere no Brasil	71
4.2.1 A capacidade carcerária brasileira	74
4.2.2 O perfil do condenado no Brasil	77
4.2.3 Os órgãos ligados às políticas penitenciárias no Brasil	82
4.2.4 Ocorrência de alguns graves atentados aos direitos individuais ocorridos em estabelecimentos prisionais do estado de Minas Gerais	84
5 O método APAC e sua aplicação no centro de recuperação de Itaúna: uma alternativa	88
5.1 Origens e aspectos históricos do Método APAC	88
5.2 Importantes aspectos e elementos fundamentais do Método APAC	90
5.2.1 Elementos fundamentais do método APAC	91
5.2.2 A eleição como modelo de execução penal e a expansão do Método APAC	98
5.3 A APAC em Minas Gerais – O Caso Itaúna	100
5.4 O Projeto Novos Rumos na Execução Penal	102
6 Conclusão	104
7 Referências Bibliográficas	109
8 Anexos	116

Lista de tabelas

		Pág.
Tabela 1	População carcerária do Brasil, nos anos de 2004 a 2007	73
Tabela 2	Quantidade de estabelecimentos prisionais e similares	75
Tabela 3	Classificação dos presos por sexo	77
Tabela 4	Quantidade de presos por faixa etária	78
Tabela 5	Relação de presos primários e reincidentes	78
Tabela 6	Classificação dos presos por grau de instrução	79
Tabela 7	Classificação dos presos por cor de pele/etnia (%)	79
Tabela 8	Classificação dos presos por modalidade delitiva	80
Tabela 9	Capacidade carcerária da APAC de Itaúna	99

Lista de figuras

Figura 1	Representação gráfica da população carcerária do Brasil (2004-2007)	74
----------	--	----

Listas de abreviaturas e siglas

ALMG – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
APAC – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado
CIC – Catecismo da Igreja Católica
CR – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CR/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CP – Código Penal Brasileiro
CPP – Código de Processo Penal Brasileiro
CRS – Centro de Reintegração Social
CSS – Conselho de Sinceridade e Solidariedade
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
INFOPEN – Sistema Integrado de Informação Penitenciária
JSTJ – Revista de Julgados do Superior Tribunal de Justiça
JTAERGS – Revista de Julgados do Tribunal de Alçada do Estado do Rio Grande do Sul
LEP – Lei de execução Penal – Lei nº. 7.210/84
MG – Estado de Minas Gerais
MP – Ministério Público
ONG – Organização Não-Governamental
PFD – Prison Fellowship International
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RPERJ – Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro
RT – Revista dos Tribunais
SP – Estado de São Paulo
SSP – Secretaria de Segurança Pública
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TARS – Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul
TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJPA – Tribunal de Justiça da Paraíba
TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

“Quando, através da compaixão, cheguei a reconhecer nos piores dos encarcerados um homem como eu; quando se diluiu aquela fumaça que me fazia crer ser melhor do que ele; quando senti pesar os meus ombros a responsabilidade do seu delito; quando, anos faz, em uma meditação na sexta-feira santa, diante da cruz, senti gritar dentro de mim: “Judas é teu irmão”, então compreendi não somente que os homens não se podem dividir entre bons e maus, tampouco em livres e encarcerados, porque há fora do cárcere mais prisioneiros do que os que estão dentro e há, dentro do cárcere, mais libertos, assim da prisão, dos que estão fora. Encarcerados somos todos, mais ou menos, entre os muros do nosso egoísmo; talvez, para se evadir, não há ajuda mais eficaz do que aquela que possam nos oferecer esses pobres que estão materialmente fechados entre os muros da penitenciária. Ainda uma vez tem razão o Padre Charles: quem pensa em dizer obrigado, ao invés que ao rico, quando dá a esmola, ao pobre quando pede?”

(Francesco Carnelutti –As misérias do Processo Penal